



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 13ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No vigésimo dia do mês de agosto de 2015, às 14h, no Auditório do DAER na Avenida Borges de
2 Medeiros, 1555/19º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º)
3 **Ata (Plen. Ord. 11ª dia 23-07-15) e Expedientes; 2º) 7ª Conferência Estadual de Saúde; 3º)**
4 **Deliberação do PPA -2016-2019 – SES/RS. Titulares:** Adão Zanandréa, Rosemeri Suzin, Zilá
5 Cohen, Ana Albernaz, Stenio Rodrigues, Ivete Dornelles, Carlos Webert, Aglaé Regina, Célia
6 Chaves, Luciane Cimador, Juliana Wingert, João de Deus, Leila Ghizzoni, Luiz Bolzan, Sônia
7 Pinheiro, José Hélio, Alexandra Ximendes, Claudio Augustin, Viviane Menezes, Jairo Tessari,
8 Alcides Pozzobon, Elson Farias, Eni Bahia, Ronaldo Bordin, Sandra Leon, Iara Almeida.
9 **Suplentes:** Paula Fortunato, Carlos Martins, Jaime Berdias, Denise Teixeira, Tatiane Adamski.
10 Célia abre a plenária com a pauta da ata da 11º plenária ordinária, ela mesma faz uma correção, diz
11 que a plenária foi realizada no auditório do Ministério Público, e não no auditório do CES como
12 está escrito na ata. Ela pergunta se algum conselheiro tem alguma observação ou correção a respeito
13 da ata, sem nenhuma outra correção, ela põe a ata em votação, a mesma foi aprovada pela plenária.
14 Ela diz em expedientes, que receberam um convite para a 21ª Semana Estadual de Pessoas com
15 Deficiência, que vai ocorrer entre o dia 21 e 28 de agosto, no salão Negrinho do Pastoreio. Ela diz
16 que receberam dois convites da Comissão de Saúde e Meio Ambiente para duas audiências públicas
17 em Sapucaia e no Plenarinho. Ela passa para a próxima pauta, que é sobre a 7ª Conferência Estadual
18 de Saúde. Ela diz foram realizadas 412 conferências municipais, e diz que é um número satisfatório,
19 considerando que na conferência passada, não chegaram até 400. Ela diz que há um total de 2038
20 delegados titulares, e 1130 delegados suplentes inscritos para a conferência, e diz que nem todos os
21 delegados foram validados ainda, por problemas na questão de representação de alguns delegados,
22 diz que eles ainda têm que decidir qual vai ser a definição do critério para convidados nessa
23 conferência, e diz que todas as outras questões relacionadas a conferência estão em andamento, e
24 que por enquanto não houve problemas. Ela diz que teve uma reunião em Brasília, que ela esteve
25 somente presente no segundo dia, segundo ela essa reunião não acrescentou em nada. Claudio deixa
26 claro que está em greve, e que propôs a suspensão dessa plenária, assim como a plenária ordinária
27 que teve de manhã. Ele diz que esteve no primeiro dia da reunião de Brasília, diz que ela foi muito
28 mal organizada e que não foram discutidos assuntos sobre a conferência. Ele diz que teve um
29 momento em que cada região do País teve 2 minutos pra apresentar as suas propostas, ele diz que se
30 inscreveu pela região Sul, e que levantou a questão financeira, e disse que existe todo um debate
31 sobre a questão financeira do Estado, como o bloqueio dos recursos do Estado. Ele diz que na fala
32 do Ministro, de que não haveria qualquer tipo de bloqueio, e de que os recursos para a saúde
33 estavam em dia, e que isso gerou uma discussão na reunião de que esses recursos não estavam em
34 dia, Ele diz o significado político da sua fala, foi para o compromisso do Ministério da Saúde vir
35 discutir sobre o financiamento no Rio Grande do Sul, diz que o próprio Ministro assumiu esse
36 compromisso. Ele diz que numa segunda mesa, foi feita a discussão financeira e da gestão, diz que
37 o representante do Ministro disse que não existiam problemas de gestão no SUS, somente de
38 financiamento, ele diz que em sua fala, falou sobre problemas da gestão no SUS, e que relembrou
39 de uma antiga proposta de mudar essa gestão, e como resultado desse debate, foi marcado pelo
40 Conselho Nacional de Saúde, um seminário da questão da gestão do SUS. Ele diz que de tarde,
41 houve uma discussão sobre cada Estado, segundo ele muitos Estados nem terminaram suas
42 conferências municipais, ele diz que de todas as falas, a fala de Minas foi a que mais chamou a
43 atenção, que eles farão plenárias de movimentos sociais, que tiram delegados e propostas, ele diz

44 que achou a ideia boa, e que deveriam usar esse método em uma outra conferência. Ele finaliza
45 dizendo que esperava que essa reunião fosse mais política, segundo ele, ela foi mais burocrática, diz
46 que há também uma grande expectativa em relação a conferência do Rio Grande do Sul, e que o
47 CES tem que encaminhar um convite formal da conferência para a presidente do Conselho Nacional
48 de Saúde. Célia relembra todos os critérios para os delegados da conferência que estão no
49 regimento, e diz que ainda não ouviu sugestões de critérios para os convidados, ela deixa aberto
50 para propostas. Jairo concorda com a sugestão do Claudio trouxe, e acredita que conseguem realizar
51 isso ainda para essa conferência para qualificá-la. João de Deus diz que não participou de nenhuma
52 conferência municipal, apenas participou de uma conferência livre feita pela UFRGS. Ele diz não
53 tem nenhuma identidade para a conferência, e finaliza dizendo que poderia ser um delegado
54 representando o CES nessa Conferência Estadual, ou participar como convidado com direito a voto,
55 independente de como o Conselho vai decidir qual será a sua identidade. Carlos pergunta quantos
56 conselheiros pretendem se candidatar para serem delegados, é respondido que ainda não há esta
57 informação. Ele diz que é muito difícil definir critérios se não sabem exatamente quantos delegados
58 estão inscritos, diz que precisam saber quem vai ir como delegado, e propõe que seja feita uma
59 prevenção para não perderem tempo. Célia diz que não precisam saber quais conselheiros vão para
60 a conferência, precisam focar mais nos critérios, pois os números de inscrições podem aumentar em
61 função de que nem todos os delegados municipais virão para a conferência. Ela diz que podem
62 incluir os movimentos sociais na conferência, mas que precisam escolher se vão incluir eles entre os
63 delegados eleitos pelo CES ou como convidados, diz que acha importante que os movimentos
64 sociais não participem só das conferências livres, pois segundo ela, os movimentos só irão
65 realmente tirar suas propostas em conferências municipais ou estaduais. Ela deixa claro que os
66 conselheiros estaduais, titulares e suplentes já são delegados natos dentro das 104 vagas, desde que
67 tenham participado de alguma conferência municipal, ela diz que podem adotar o critério de colocar
68 aqueles que são membros de comissões de conselhos, que não são conselheiros, como convidados
69 ou delegados na conferência. Eni diz que precisam garantir que as pessoas participem da
70 conferência, essa falta de preenchimento de vagas é resultado de uma má articulação. Ela sugere
71 que abram vagas para entidades e movimentos sociais, e devem ter o cuidado de garantir a paridade.
72 Adão se manifesta dizendo que gostaria de participar da Conferência Nacional como delegado, e diz
73 que tem ido diariamente em todas as reuniões e que está em condições de participar, apesar de
74 algumas dificuldades. Ele diz que tem uma assistente social, que trabalha em uma casa de idosos e
75 outros lugares, diz que gostaria que ela participasse da conferência como convidada. Célia esclarece
76 que a representação de entidades se dá nos conselhos, e que nas conferências, os participantes não
77 têm representação por entidade, e que a paridade é essencial para os delegados, e não é obrigatória
78 para os convidados. Claudio diz que estão a um mês da conferência, e que o tempo é muito curto, e
79 diz que devem decidir os critérios para os delegados eleitos pelo CES. Ele sugere que o critério seja
80 de que para ser delegado tenha que ter participado do processo de conferência, incluindo as
81 conferências livres, e dar um prazo para os conselheiros se inscreverem, para que eles possam ser
82 avaliados. Ele também sugere em cima da proposta do Jairo, de que podem fazer uma conferência
83 livre antes da Conferência Estadual, para organizar os movimentos sociais, segundo ele, essa
84 proposta democratiza mais a situação. Célia relembra que as propostas de critérios para delegados
85 do CES são as seguintes, estar envolvido no processo de construção da Conferência Estadual, e para
86 membros que fazem parte das comissões do CES, ela diz que o prazo seria até 3 de setembro, que é
87 o dia da próxima plenária, e que também é uma data não muito perto da conferência. Célia põe em
88 votação os critérios que foram apresentados, foram aprovados os critérios pela plenária por
89 unanimidade. Ela passa para a pauta principal da plenária, que é sobre o PPA, ela relembra que foi
90 solicitado para que os conselheiros avaliassem o PPA e que mandassem os seus questionamentos
91 para o CES para que eles fossem enviados antecipadamente para o SES, ela diz que no primeiro
92 momento deixarão os representantes da SES responder o questionamento enviado pelo SIMERS,
93 que foi o único que enviou para o CES. Ela convida os representantes da SES para se juntar a mesa.
94 Gabriel diz que o questionamento do SIMERS é sobre bases referenciais do estabelecimento de
95 metas e análise situacional da saúde. Ele diz que o PPA não concorda em ter uma análise
96 situacional, porém concordam que deve ter uma análise situacional da saúde, diz que a SES está
97 trabalhando para que essa análise fique pronta até o final do ano, e que estará no Plano Estadual de

98 Saúde. Ele diz na questão do documento na página da SEPLAN, que é a estrutura do PPA, ela não
99 tem algumas informações, e que encaminharam para o CES o documento mais completo, mostrando
100 como o PPA foi estruturado. Ele passa a fala para o Thiago, para ele esclarecer mais o
101 questionamento do SIMERS. Thiago, coordenador da Atenção Básica, diz que no ponto da
102 cobertura de Saúde da Família, que avaliaram a tendência histórica dos quatro e cinco anos, e
103 propuseram uma meta que mantivesse essa tendência, e que estão tentando manter esse objetivo,
104 que equivale a mais de 50 equipes na Saúde da Família. Ele diz que não foi uma meta tímida, e
105 deixa claro que o caminho para a ampliação da cobertura de Saúde da Família é tão longo quanto o
106 da qualificação da atenção básica. Ele diz no ponto de internações por condições sensíveis, que boa
107 parte delas não aconteceriam se a atenção básica estivesse funcionando com a qualidade que ela
108 deveria, ele diz que esse é um indicador que não tem um impacto imediato na medida que ele é
109 qualificado, e que também estão seguindo com a meta de avaliar a tendência histórica, e manter essa
110 tendência. Célia diz a FEPPS também está presente no PPA, e que o cancelamento da FEPPS tem
111 data marcada antes do dia da discussão do PPA, ela pergunta se o PPA será afetado, e se existe uma
112 solução caso ele seja. Representante da SES diz que o LAFERGS ainda tem uma previsão de
113 implantação, e que está prevista para os próximos dois anos, ela diz que não sabe se depois desses
114 dois anos a empresa seguirá com o próprio orçamento. Célia abre para a os conselheiros fazerem
115 seus questionamentos. Luiz Bolzan pergunta se eles têm alguma discussão sobre aproveitar o Mais
116 Médicos e a ampliação de Residências, e se consideraram esses segmentos ao elaborar essa meta
117 das 50 equipes de Saúde da Família. Ele faz duas perguntas relacionadas a atenção básica, a
118 primeira é se o PPA tem alguma meta específica para a política da população de rua, e a segunda
119 pergunta a respeito do programa do Governo Federal, Melhor em Casa, ele pergunta se o Estado vai
120 desempenhar algum papel de criar algum projeto que possa dialogar com o Melhor em Casa, no
121 sentido financeiro ou no sentido técnico. Ele fala que o Viver Sem Limite, tem sido uma ação muito
122 importante nos municípios, ele diz que a SES tinha uma discussão com o Comissário técnico, de
123 participarem de um plano do Estado, e os municípios que poderiam participar disso, diz que até hoje
124 não tem nenhuma previsão de uma parceria financeira com os municípios, e pergunta se segue
125 alguma proposta de manter uma ampliação desse plano de Estado, e se tem uma previsão de
126 recursos, ou de cofinanciamento. Ele pergunta por último, ainda se vai se manter um
127 cofinanciamento do Estado para os CAPs, que segundo ele se iniciou no ano passado, pergunta
128 também se terá uma ampliação desse cofinanciamento. Zilá diz que alguns conselheiros se reuniram
129 para analisar o PPA, diz que ficaram com muitas dúvidas. Ela pergunta por que o documento não
130 veio com uma justificativa, segundo ela uma justificativa ajudaria no entendimento do documento.
131 Claudio diz que não conseguiu ler boa parte do PPA, devido aos acontecimentos de greve no último
132 mês. Ele diz que não tem como ele ter acordo com o PPA, ele diz primeiro que o PPA deve ser por
133 determinação constitucional, fruto do que foi debatido e votado pelos eleitores no processo eleitoral
134 que ocorreu no ano passado. Ele diz que no conjunto do PPA, não tem como aceitar que não haja
135 acréscimo em gastos com pessoal, ele diz que pela lógica de que a saúde faz parte área social, não
136 tem como pensar em saúde sem acréscimo de pessoal. Ele diz que existe um projeto de lei
137 complementar no poder legislativo, que diz que na próxima década, não poderão dar nomeações,
138 promoções e reajustes salariais, por que a lei de responsabilidade fiscal estadual impede qualquer
139 acréscimo de pessoal, e diz que pra ele, o que foi discutido não tem mais valor, pois tem uma lei em
140 votação no poder legislativo com essas características, ele diz que com esta lei, o Rio Grande do Sul
141 só vai poder gastar com pessoal, 25% do seu orçamento, ele diz que não vê consistência no PPA
142 com o que está no poder legislativo. Ele diz que no PPA fala sobre a FEPPS, mas lembra que tem na
143 assembleia legislativa, um projeto de lei para terminar com a FEPPS, e pergunta qual delas é que
144 vale. Ele diz que o PPA fala sobre qualificar a atenção básica, e diz que não vê o que o botaram no
145 Plano Estadual, de que a atenção básica é prioritária, e que o Estado deveria ter incentivos
146 financeiros para os municípios que tinham o regime jurídico único para os seus trabalhadores na
147 atenção básica. Ele diz que não vê na atenção básica, a consistência necessária de terem equipes que
148 façam a promoção da saúde. Ele diz que o PPA fala sobre hospitais regionais e filantrópicos,
149 segundo ele, não podem misturar essas duas coisas, e defende que o SUS que está na constituição,
150 tem que estar baseada no serviço público, e diz que devem ter hospitais públicos regionais, e que
151 eles não têm. Ele diz que o PPA deveria ser uma aplicação do Plano Estadual, e não o contrário, por

152 que senão as metas financeiras pactuadas vão ser o próprio Plano Estadual de Saúde, segundo ele,
153 isso é uma inversão do que diz a própria legislação do SUS. Ele diz que gostaria de fazer o PPA
154 como um todo, e não somente na área da saúde, por que depois que for para a assembleia, o CES
155 não tem mais poder de apresentar emendas, ele diz que passou vinte anos apresentando emendas
156 para o poder legislativo, e que nenhuma foi sequer discutida na comissão de finanças da Assembleia
157 Legislativa. Ele finaliza dizendo que entende que seja qual for o plano ou política, deve ser
158 aprovada formalmente pelo controle social, para sair do Poder Executivo e para o Poder Legislativo,
159 e que essa discussão tem que começar cedo, e sempre começam atrasados. Jairo diz que os
160 conselheiros devem se cuidar para não se manifestarem contra os técnicos, e sim para o governo,
161 diz que não tem como mudarem as normalizações, e que todo o ano vai ser a mesma coisa. Ronaldo
162 diz que se o PIB é negativo, significa que não vai ter correção no valor real do orçamento federal,
163 diz também que se considerarem a legislação que vale mais 10%, e a infração média que é acima da
164 infração real, isso significa que o governo federal vai depender dos 20% a menos em valor para
165 investir. Ele diz que considerando isso, acha que a meta de expansão de 50 equipes não vai
166 acontecer, e diz que a discussão política que vai chegar na assembleia, vai ser de corrigir esse
167 orçamento, diz que esse orçamento é de corte e não de expansão, e acha que o que estão aprovando
168 aqui, a assembleia vai cortar. Ele diz que a questão é qual é a moldura e qual é o plano, diz que fica
169 difícil discutirem essas metas, se não pararem para discutir os pressupostos. Lotário diz que fez uma
170 leitura bem superficial do PPA, diz que entende que o SUS que construíram no Brasil é repartido.
171 Ele diz que na fala do Claudio que o momento de construírem é agora, diz que devem ver a
172 realidade do interior, e que muitos municípios gostariam de ter ampliado as suas equipes médicas,
173 mas não conseguiam. Ele diz que no governo anterior, foram despejados recursos em hospitais sem
174 discutirem com outros conselhos, segundo ele, isso aumentou a "fome" deles, e não trouxe
175 resultados. Ele diz que as conferências são feitas para discutirem aquilo que está bom e o que não
176 está, e corrigi-las. Célia dá a palavra para a mesa, para os coordenadores responderem os
177 questionamentos. Thiago responde ao Lotário, que qualificação não tem necessariamente e ver com
178 mais recursos em todos os aspectos, diz que tem muitas coisas de organização do processo de
179 trabalho da equipe do acesso do usuário, e que podem qualificar sem ter que colocar muito dinheiro
180 em cima disso. Ele responde os questionamentos do Luiz Bolzan, que quando escolheram esse
181 número para a ampliação das equipes, consideraram os últimos quatro anos, diz que nos dois
182 últimos anos, teve uma boa parte da expansão que se pode atribuir ao programa Mais Médicos. Ele
183 diz que na colocação do Claudio de um "mais enfermeiro", que devem discutir sobre isso, mas que
184 devem ter a consciência de que o déficit profissional médico é mais significativo e mais urgente o
185 déficit profissional de enfermagem. Ele diz que estão na segunda fase do programa Mais Médicos,
186 diz que quando falam em qualificar a atenção básica, exige profissionais qualificados na atenção
187 básica, diz que o Estado quer se inserir na discussão de médicos com residência nas unidades de
188 saúde de atenção básica. Ele diz no questionamento do Ronaldo, que mesmo com essa situação do
189 Ministério da Saúde, e de não credenciar novas equipes, não são só as na saúde da família, e sim em
190 quase todos os programas do Ministério da Saúde, diz que isso não vai impedir de que eles tentem
191 expandir, ele diz que eles tem um grupo de trabalho dentro da coordenação da atenção básica, que
192 está analisando cada uma das 234 equipes no Estado que estão credenciadas, mas não foram
193 implantadas, estão analisando os motivos delas não estarem implantadas, e que ações podem ser
194 feitas para que elas possam ser implantadas. Ele diz que no segundo semestre, iniciarão a
195 planificação da atenção em parceria com o CONASS, e que farão uma série de oficinas com todos
196 os profissionais de saúde de cada município, e que a meta é que isso seja feito em todos os
197 municípios do Estado. Ele diz na fala do Luis Bolzan sobre Consultório na rua e Melhor em casa,
198 que são importantes e dizem respeito a equidade, diz que o Melhor em casa dialoga com a proposta
199 deles de repensarem sobre o papel de hospitais de pequeno porte, que muitos deles têm equipes que
200 podem atender pacientes em suas casas, e diz que essa questão já está sendo pensada. Ele diz a
201 respeito do Consultório na rua, estão em um projeto com a sessão de DST/AIDS, com uma ação nos
202 6 Consultórios de rua do Estado, diz que trarão mais informações em outros momentos. Elson da
203 SES, diz que esse cenário que o Ronaldo apontou é o da realidade, ele diz que tentaram juntar o
204 realismo e a utopia de que podem sempre avançar. Ele diz que no dia 23, eles explicitaram no
205 Ministério Público os detalhes do PPA na Saúde Mental, e que as políticas que estavam em

206 andamento ainda estão em continuidade. Ele deixa claro que essa política de expansão na atenção
207 básica é um binômio insociável, ele diz que no dia 4, já no caminho da substituição do Mais
208 Médicos em 2019, o COSEMS fará um seminário pensando nos municípios que farão essa
209 formação dos médicos que obrigatoriamente terão que estar no programa de residência. Ele diz que
210 tudo que está se propondo é em parceria, e que não sabem quando o Ministério vai credenciar mais,
211 diz que se pensarem que eles têm mais de mil médicos intercambistas, e que se for renovado, terão
212 em 2019 mais de dois mil médicos intercambistas, e mais os médicos obrigatórios e outros. Ele diz
213 que elaboraram o PPA para equilibrarem contas como essa, segundo ele, o PPA ficou com espaços
214 abertos para eles reverem e apontarem novos caminhos. Ronaldo lembra que no ciclo anterior de
215 dificuldades econômicas, se criou um problema nos hospitais filantrópicos. Ele diz que sempre que
216 tem esses contingenciamentos econômicos, quem sofre são os filantrópicos, e chama a atenção de
217 que devem tomar um cuidado especial nesse momento, e que talvez devam vincular as ações da
218 atenção básica com referência e contra referência, empregando os pequenos hospitais do interior, e
219 dando uma forma de sobrevivência aos hospitais filantrópicos que tem essa vinculação muito mais
220 próximo ao setor público, ele diz que a tendência é de que possa ser fechado e migrar para o
221 privado. Aglaé diz que os técnicos fazem toda uma construção legal e formal que precisa ser feita,
222 diz que mesmo entendendo o que foi dito, de que deveriam construir o PPA em uma ordem, e que a
223 conferência tinha que dar a linha da política de saúde para a construção do plano para só depois ter
224 o PPA, ela afirma que isso não acontece em nenhuma das esferas de governo. Ela diz na fala do
225 Claudio de que os técnicos não estão seguindo o que deveria ser feito, que qualquer técnico sabe o
226 que deveria ser feito, mas não é assim no governo estadual e no federal. Ela diz que se negarem o
227 PPA, imobilizarão as atividades da SES, e diz que eles tem um cumprimento legal e que não podem
228 fugir disso, diz que na construção do PPA seguiram o Plano Estadual, ela diz que os técnicos de
229 todas as áreas trabalharam meses para dar o detalhamento do PPA, e diz que a discussão entre
230 técnicos de áreas diferentes não é uma tarefa fácil. Ela diz na questão da "extinção" FEPPS, que
231 esse projeto não existia quando começaram a construir o PPA, diz que mesmo se essa a "extinção"
232 da FEPPS aconteça, as suas atividades serão absorvidas dentro da administração direta, ou
233 continuarão dentro do PPA. Ela diz na questão do LAFERGS, que já tem uma lei aprovada para os
234 dois anos iniciais, ela diz que esses dois anos terão que estar previstos, porque esse tempo vai servir
235 para a empresa se estruturar e começar a caminhar, e que a partir daí ela terá sua própria condução,
236 e a sua lei orçamentaria terá que caminhar enquanto uma empresa pública. Célia diz que tem mais
237 uma dúvida em relação a FEPPS, ela diz que na discussão de manhã, foi colocado que a FEPPS tem
238 algumas arrecadações, e que se esses órgãos voltarem para o Estado, ele não poderia fazer o mesmo
239 tipo de cobrança. Ela pergunta nesse caso, como o PPA vai conseguir se reorganizar para dar conta
240 das diferenças que podem vir caso ocorra a "extinção" da FEPPS, seja por falta de arrecadações ou
241 por um gasto maior em função dessa mudança. Aglaé responde que ela arrecada recursos, e que ela
242 tem esse privilegio por ser uma fundação privada. Ela diz que para a administração direta acontecer,
243 vai ter que ter uma nova legislação, diz que ela não pode fazer cobranças de serviços como ela faz,
244 na forma que está imposto hoje, ela diz que isso é algo que os legisladores terão que se preocupar,
245 ela acredita que terão serviços, e que se forem mantidos pelo estado, eles deverão ter uma forma
246 legal de viabilizar essa cobrança, diz hoje em dia não tem. Claudio deixa claro que o PPA não é um
247 documento técnico, e sim um documento político que diz qual é a política para o estado do Rio
248 Grande do Sul, e que não tem nada a ver com a questão técnica ou com os técnicos. Ele diz que os
249 técnicos vão executar a política, e que a sua relação é com o Estado e não com o governo, e que o
250 governo tem o dever político de dizer qual foi a política eleita. Ele diz que não pode aceitar do
251 ponto de vista político, técnico e legal, a existência de uma lei de responsabilidade fiscal estadual
252 que segundo ele, rasga a constituição estadual, federal e a própria lei de responsabilidade fiscal
253 nacional. Ele diz que a lei de responsabilidade fiscal nacional, que não poderia ser aplicada a saúde,
254 por que a constituição diz que a saúde é o direito de todos e dever do Estado, e diz que uma lei não
255 revoga o princípio constitucional, diz que o que estão tentando fazer é revogar não só uma lei
256 estadual, mas revogar um princípio da condição federal, diz que não tendo gastos com pessoal, não
257 podem executar a política de saúde. Ele diz que se tem atividades públicas como a do LAFERGS,
258 não precisam nominar o LAFERGS, e sim a atividade pública e as funções, ainda mais se tinha um
259 interesse político de extinguir a FEPPS. Ele diz na questão da FEPPS, que não podem extinguir um

260 órgão, e manter suas atividades no PPA para os próximos quatro anos, segundo ele isso é uma falta
261 entendimento político e não técnico de quem o fez, deixa claro que não está discutindo com os
262 técnicos, e sim com o governador do Estado que encaminhou o projeto. Sem mais nenhum
263 questionamento a ser feito, Célia diz que tinham na pauta, a possibilidade de deliberarem o PPA, diz
264 que podem tomar posicionamento de deliberar no sentido de aprovar o mesmo da maneira como ele
265 está, ou podem não aprovar, mostrando que não estão esclarecidos o suficiente sobre o conteúdo,
266 diz que o chamamento da plenária foi no sentido de tomarem uma posição em relação ao PPA. Ela
267 diz que o PPA já foi encaminhado para a Assembleia Legislativa, e está sendo discutido e deve virar
268 lei. Ela diz que para o CES é outra questão, que seria previsão orçamentária que daria conta do PPA,
269 mas não estão com os valores desejados, como os 12% em saúde. Ela pergunta para os membros da
270 plenária se estão todos esclarecidos sobre a situação e se podem tomar um posicionamento, ao ser
271 respondida que sim, abre a plenária para sugestões. João de Deus acha realmente que haverá cortes
272 no PPA, e que os 12% não serão atribuídos, sugere que o CES deve aprovar o PPA da maneira que
273 ele está, mas que devem exigir no mínimo do governo, que os 12% sejam atribuídos, independente
274 das colocações técnicas e políticas. Claudio diz que o CES deveria aprovar o PPA antes da sua
275 remessa para o Poder Legislativo, segundo a sua leitura da Legislação Federal. Ele diz que não tem
276 sentido aprova algo que já está no poder legislativo, ele faz a colocação de que o CES se abstenha
277 de aprovar o PPA, e que tome a posição de enviar uma resolução para o Ministério Público, com o
278 conteúdo de que o PPA deveria ter sido aprovado por eles antes de ser encaminhado para o Poder
279 Legislativo, para que tomem providencias legais sobre o caso. Sandra Leon diz que eles não têm
280 como votar contra ou a favor do PPA, e que ele veio para o CES como uma apresentação, ela diz
281 que para ocorrer uma deliberação ela precisa seguir os trâmites legais e segundo ela, isso não
282 ocorreu aqui. Ela diz que concorda com a colocação do Claudio, e diz que devem se abster de votar
283 sobre o PPA. Nelci diz que o CES deve enviar uma resolução com uma crítica ao método de que o
284 PPA é enviado antes para o Poder Legislativo do que para o CES, ela diz que o governo pode
285 acolher as emendas do CES que foram sugeridas na plenária e que deveriam estar no PPA. Sem
286 mais nenhuma sugestão, Célia põe em votação os seguintes encaminhamentos sugeridos, o primeiro
287 é de que eles se manifestem formalmente, fazendo uma crítica ao método de que o PPA é
288 encaminhado para o CES antes de ser encaminhado para a Assembleia Legislativa, o
289 encaminhamento foi aprovado pela maioria da plenária, tendo um voto contra e três abstenções.
290 Célia abre a questão de se eles devem encaminhar propostas de emendas para o PPA, deixa aberto
291 sugestões para a plenária. Alexandra sugere que não encaminhem propostas, por que esse
292 encaminhamento entra em contradição com o que acabaram de aprovar, ela sugere que se
293 abstenham de aprovar o PPA. Célia põe em votação o não encaminhamento de nenhuma sugestão
294 de emenda ao PPA, com o entendimento de que o CES vem sendo desrespeitado pelo método que
295 vem sendo adotado, que foi criticado no encaminhamento aprovado anteriormente. O não
296 encaminhamento das sugestões de emendas foi aprovado pela plenária com oito votos a favor,
297 quatro votos contra, no sentido de que sugestões de emendas deveriam ser feitas e cinco abstenções.
298 Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves deu por encerrada a reunião, da qual eu, Juan Veiga
299 Rodrigues lavei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora.
300 Porto Alegre, 20 de agosto de 2015.

Célia Chaves
Presidente do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz
Coordenadora do CES/RS

Coordenador do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Coordenadora do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS